

A ESCOLA NORMAL NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E OS SABERES MATEMÁTICOS PARA FUTUROS PROFESSORES (1869-1889)

Circe Mary Silva da Silva¹

RESUMO

Numa perspectiva da história cultural, investiga-se uma instituição formadora de professores para o ensino primário e os saberes matemáticos necessários para o exercício do magistério em séries iniciais no Rio Grande do Sul. O nascimento desta instituição foi um processo lento com mais de trinta de anos de discussões e iniciativas sem sucesso. Do ano de sua criação, em 1869, até a República, em 1889, diferentes grades curriculares foram propostas. Permeando essas mudanças, discussões políticas e acadêmicas determinaram a direção que o ensino assumiu nessa instituição. Constatou-se que, desde o início, os pilares que sustentavam a formação matemática necessária dos futuros professores primários consistiam em saberes aritméticos, algébricos, geométricos e de desenho. Os docentes de disciplinas de conteúdos matemáticos foram, desde o início da criação da Escola Normal, pessoas com formação em escolas militares ou engenheiros oriundos da Escola Central e congêneres. Portanto, tinham alguma formação em matemática, o que, teoricamente, significava que detinham os saberes a ensinar, mas não, os saberes para a prática da docência. Constatou-se que, como ocorreu com outras Escolas Normais no país, ela também nasceu atrelada a uma escola secundária, havendo um distanciamento entre os saberes a ensinar, presentes na grade curricular, e os saberes para a prática do ensino, que eram ministrados em escolas anexas ou no curso preparatório da própria instituição.

Palavras-chave: Formação de professores. Saberes matemáticos. Ensino Primário. Século XIX.

ABSTRACT

A teacher-training institution for primary education and the mathematical knowledge required for the exercise of teaching in initial series in Rio Grande do Sul is investigated from a cultural historical perspective. The birth of this institution was a slow process with more than thirty years of unsuccessful discussions and initiatives. From the year of its creation, in 1869, until the Republic, in 1889, different curricular grades were proposed. Throughout these changes, political and academic discussions determined the direction that the teaching assumed in this institution. From the outset, it was found that the pillars supporting the necessary mathematical training of the future primary teachers consisted of arithmetic, algebra, geometry and design. From the beginning of the creation of the Normal School, teachers of mathematical content disciplines were trained in military schools or engineers from the Central and similar schools. So they had some training in mathematics, which theoretically meant that they had the knowledge to teach, but not the knowledge to put it in practice. It was found that, as it occurred with other Normal Schools in the country, it was also born linked to a Secondary School, there is a gap between the knowledge to teach, present in the curriculum, and the knowledge for the practice, which was taught in schools attached to or in the preparatory course of that institution.

Keywords: Teacher training. Mathematical knowledge. Primary school. XIX century.

¹

Professora do Mestrado em Educação Matemática da UFPEL e do Mestrado em Ensino da Matemática da USP. E-mail: dynni@ime.usp.br

INTRODUÇÃO

O ensinar e o aprender, assim como quaisquer outras atividades humanas, diz Viñao (1994), necessitam de um espaço e tempo determinados para acontecer. Iniciamos elegendo uma época – *Império* –, um lugar – *Porto Alegre* – e uma instituição – *Escola Normal* – como focos de investigação. Mas que lugar era esse à época? Porto Alegre, uma cidade no sul do país, tinha, então, sua vida econômica centrada em dois polos: de um lado, o porto fluvial e, de outro, as funções políticas e administrativas ligadas à condição de capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entretanto, seu crescimento econômico deveu-se ao fato de a cidade estabelecer com as regiões coloniais alemãs e italianas do estado um forte fluxo de comercialização (Fortes, 2004).

A demarcação temporal de 1869 a 1889 não deve ser entendida com rigidez, uma vez que os antecedentes da criação dessa Escola Normal precisam ser considerados para que se possa ter uma melhor compreensão do aparecimento um tanto tardio de uma escola de formação de professores na Província de São Pedro, se comparado com o ocorrido em outras províncias do País². O nascimento desta instituição foi um processo lento que envolveu mais de trinta de anos de iniciativas, discussões e tentativas sem sucesso. Talvez motivados pela recente criação de Escolas Normais no País, em 1835, quando o então presidente da província e os revolucionários estabeleceram, em Porto Alegre, um governo paralelo, entre outras medidas por eles tomadas, também sancionaram sancionam uma lei³ que criava uma Escola Normal na capital da Província (O Mensageiro, 1836). Nela, o ensino pautar-se-ia pelo método Lancastrino, e entre os saberes matemáticos preconizados incluíam aritmética até proporções; aplicações de aritmética ao comércio, noções gerais de geometria teórica e prática e suas aplicações ao desenho linear e agrimensura. A escola, porém, não se materializou. Em 1840, nova tentativa nesse sentido foi feita: o Projeto de Instrução Primária do Governo da Província, previa a criação de escola com prédio próprio e com um programa curricular extenso. O projeto não se concretizou. Na década de 1850, a criação de uma escola normal continuava a ser apontada pelos governantes como a necessidade mais urgente do serviço público. Na visão de Tambara (1998, p. 41), a demora

² As primeiras escolas normais do Brasil são das décadas de 1830 e 1840 respectivamente: a Escola de Niterói, criada em 1835 e a Escola Normal de São Paulo, em 1846.

³ Lei 14, artigos 8o – 27o (Schneider, 1993).

de mais de trinta anos para a criação da escola deveu-se à falta de determinação ou de vontade política de efetivar o projeto:

O que se nota, é que havia, por parte das autoridades, uma percepção dos problemas da educação na província, ao mesmo tempo que não havia uma vontade política de realizar concretamente os atos que decorreriam desta percepção se esta fosse realmente uma exigência da estrutura material da sociedade.

(Tambara, 1998, p. 41)

Os jornais possuem algumas potencialidades para a pesquisa histórica uma vez que, devido a sua periodicidade, eles estabelecem um verdadeiro arquivo no qual pode-se acompanhar o desenrolar dos acontecimentos dia a dia (Gonçalves, 2012, p. 236). Elegemos o jornal periódico *A Federação* como uma das fontes da presente investigação, principalmente devido à acessibilidade do mesmo na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*. Além de jornais e periódicos foram também fontes os seguintes tipos de documentos oficiais: Relatórios de Diretores, Falas de Presidentes de Província, códices e manuscritos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Serviram como referência, ainda livros, artigos e teses acadêmicas.

Conforme Monarcha (2009, p. 16), “As vozes dos sujeitos da época pedem para serem ouvidas e meditadas [...]”. Traremos, no presente texto, as vozes daqueles que ajudaram a entendermos melhor essa história.

O NASCIMENTO DE UMA ESCOLA

Semelhante a outras instituições dedicadas à formação de professores primários no País, que nasceram atreladas aos liceus de ensino secundário (Valente, 2011), a Escola Normal de Porto Alegre, criada em 5 de abril de 1869, foi instalada provisoriamente no Liceu Dom Afonso, em prédio alugado, de dois pavimentos e iniciou suas atividades em 5 de maio do mesmo ano. À época, segundo Gonçalves (2013), o partido dominante era o conservador, ligado ao governo central, o qual escolhia os presidentes da Província, que, por sua vez, escolhiam os diretores dos principais cargos administrativos. Assim, a escolha do Padre Cacique, membro do clero e do partido conservador, não agradou ao partido liberal, que defendia a separação da Igreja e do Estado e a liberdade religiosa. O partido

liberal criticava a estrutura curricular da Escola Normal, principalmente a inclusão, no currículo, da história da igreja:

A história da igreja pertence aos seminários, onde se querem formar padres, mas não às aulas públicas; ela nem sequer pode ou deve figurar no programa da escola normal, e tão pouco nos programas dos estabelecimentos do ensino secundário, senão como parte da história universal [...].

(A Reforma, 13/7/1869 apud Gonçalves, 2013, p. 237)

A procura pela Escola não correspondeu às expectativas dos dirigentes: apenas 12 alunos de ambos os sexos matricularam-se no curso, que tinha a duração prevista de dois anos⁴. No ano seguinte, foram 20 alunos. Segundo as autoridades administrativas, a baixa procura pela escola está ligada à precariedade geral da instrução pública e aos baixos (e, por isso, pouco atraentes) salários pagos aos professores. Diferentemente da Escola Normal de São Paulo que, em 1874, permitia o ingresso de alunos apenas do sexo masculino (Valente, 2011), essa instituição gaúcha era destinada a alunos de ambos os sexos, mas havia discriminações entre eles. As aulas eram ministradas em horários diferenciados, segundo o sexo dos alunos: os rapazes estudavam pela manhã, as moças à tarde.

A primeira proposta curricular colocada em prática na Escola Normal, com duração de dois anos (quadro 1), possuía semelhanças e diferenças com relação ao currículo da Escola Normal de São Paulo. As semelhanças consistiam na oferta, em ambas as instituições, de Gramática, Caligrafia, Aritmética, Geografia, História e Pedagogia (Valente, 2011). Na grade curricular da Escola gaúcha, estava prevista, além disso, a oferta de Álgebra, Desenho Linear, Geometria e Escrituração Mercantil, enquanto que, na da Escola paulista, constava o ensino do francês.

Quadro 1 – Grade curricular 1869

1º Ano		2º Ano	
1ª Cadeira: Regras de Caligrafia Gramática Nacional explicada Catecismo, história sagrada e da igreja	Ministrada pelo diretor – Joaquim Cacique de Barros	1ª Cadeira: Gramática nacional analisada e Pedagogia	Ministrada pelo diretor – Joaquim Cacique de Barros
2ª Cadeira: Aritmética e álgebra	Ministrada por Diogo Francisco	2ª Cadeira: Noções elementares de	Ministrada por Digo Francisco Cardoso

⁴ Não foi muito diferente a matrícula no Liceu Dom Afonso, com apenas 28 alunos (Relatório de Diretor da Instrução, 1870, p. 15).

até equações do 2o grau	Cardoso (professor do Liceu)	geometria e escrituração mercantil	(professor do Liceu)
3ª Cadeira: Desenho Linear	Ministrada por Angelo Francisco Ther	3ª Cadeira: Desenho Linear	Ministrada por Angelo Francisco Ther
4ª Cadeira: Geografia Geral, especialmente do Brasil e da Província	Ministrada por professor do Liceu (provavelmente Afonso Luiz Marques)	4ª Cadeira: História Geral, especialmente do Brasil e da Província	Ministrada por Afonso Luiz Marques

Fonte: Dados trabalhados a partir de Schneider (1993, p. 234-235) e pesquisados pela autora nos Relatórios de Diretores da Instrução Pública.

Constata-se similaridades dessa grade curricular com a da Escola Normal do Rio de Janeiro, de 1869, principalmente nas duas primeiras cadeiras, sendo que o desenho não era cadeira independente na Corte.

A Escola Normal de Porto Alegre não iniciou com uma proposta autônoma de formação de professores primários, pois o fato de os professores serem quase todos os mesmos que os do Liceu, denota aquilo que outros pesquisadores como Monarcha (1999); Kulesza (1998); Valente (2011) já constataram, ou seja, que a Escola Normal foi uma herdeira dos estudos secundários. A oferta da Pedagogia por si só não garantiu uma formação diferenciada do ensino oferecido nos liceus. Por outro lado, existiu preocupação com a prática de ensino desde a criação da instituição. O regimento da Escola Normal apontava para a obrigatoriedade de prática de ensino nos últimos seis meses do curso, sendo que os alunos-mestres teriam a prática em escola à tarde; as alunas-mestres, pela manhã.

MUDANÇAS CURRICULARES

Em 1871, nova legislação elevou para três o número de anos de estudos da Escola Normal. O aspecto positivo de tal legislação residiu no fato de que valorizou a profissão do egresso que tivesse concluído o curso na Escola Normal – “[...] serão nomeados independentemente de concurso” (artigo 25). Essa lei extinguiu o Liceu Dom Affonso e criou o Ateneu Riograndense (figura 1), que seria o primeiro estabelecimento de ensino público com prédio próprio. A Escola Normal funcionou, no mesmo local, a partir de 1872. A distribuição das disciplinas em cinco cadeiras, nos três anos, era a seguinte:

1^a Cadeira: Instrução moral e religiosa, leitura, caligrafia, língua nacional e pedagogia;

2^a Cadeira: Aritmética, álgebra até equações do 2o grau exclusivamente, geografia prática⁵ e escrituração mercantil;

3^a Cadeira: Desenho;

4^a Cadeira: Elementos de geografia e história universal, história e geografia do Brasil, especialmente da Província;

5^a Cadeira: Noções gerais das ciências físicas e naturais aplicáveis aos usos da vida.

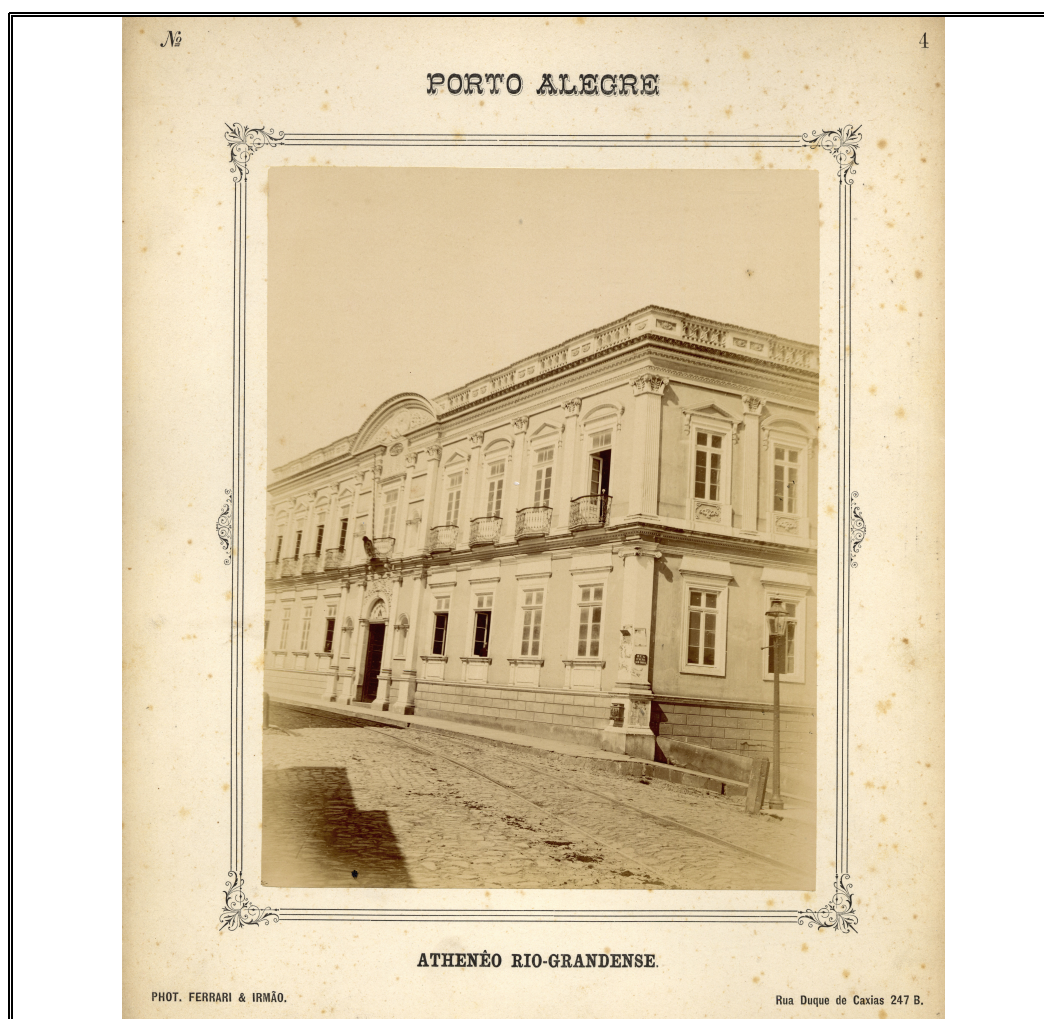
(Schneider, 1993, p. 297)

A primeira, segunda, terceira e quarta cadeiras eram ofertadas nos três anos, enquanto que a quinta cadeira, apenas no segundo e terceiro ano.

Outra alteração significativa, ocorrida em 1872, foi a exigência de prova de conhecimentos para o ingresso na Escola. O candidato, em exame oral, deveria mostrar conhecimentos dos saberes do ensino primário.

⁵ Nota-se que Schneider, incluiu na segunda cadeira a denominação geografia prática, encontramos também a denominação Geografia matemática. As denominações não são claras, conjectura-se que fosse geometria prática, semelhante ao programa da Corte.

Figura 1 – Ateneu-Riograndense em 1888



Fonte: Museu Porto Alegre Joaquim Felizardo; Fotógrafos: Irmãos Ferrari, 1888.

A FEMINILIZAÇÃO NA ESCOLA NORMAL

Ao ser criada, constata-se que todos os professores e o diretor da Escola Normal pertenciam ao sexo masculino, exceto nas aulas anexas. O padre Joaquim Cacique de Barros (1831-1907), do partido conservador, exerceu uma forte influência nos primeiros anos de funcionamento da instituição. A cosmovisão de Padre Cacique (Barros, 1872, p. 19) inseria a mulher num patamar de inferioridade intelectual em relação ao homem:

[...] tendo sido a Escola concorrida sempre desde seu princípio por muito maior número de alunas do que de moços, tanto mais prejudicial se torna

essa variedade de matérias de ensino, quanto o sexo feminino, se excepcionalmente tem sido mais constante, o é temporariamente, mostrando afinal a sua **natural fraqueza**.

(Barros, 1872, p. 19, grifos nossos)

A mulher ocupava, à época, um lugar sem destaque na sociedade. Vista como inferior ao homem, cabiam a ela as tarefas do lar e as instituições de ensino superior não admitiam sua presença. A maioria aceitava essa posição, mas nem todas. Com formação nessa instituição, Luciana Maria de Abreu (1847-1880), uma das primeiras egressas do curso, tornou-se uma defensora dos direitos femininos na Província. Em seu discurso proferido na *Sociedade Literária Partenon*, em 1873 dizia: “Nós temos sido condenadas à ignorância, privadas dos direitos dos cidadãos, e reduzidas aos caprichos políticos de legisladores imprevidentes e egoístas [...] Quererão que sejamos instruídas e sabias, fechando-nos as academias, os pórticos dos templos da ciência?” (Abreu, 1873, p. 535-539). Reivindicava direitos iguais ao acesso à educação: “O que venho aqui em vosso nome reclamar, é de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos, é a liberdade de esclarecer-nos, de exercer as profissões a que nossas aptidões nos levarem” (Abreu, 1873, p. 535-539).

Temos indícios de que até 1884, nenhuma mulher candidatou-se à vaga de professora da Escola Normal. No *A Federação*, nesse ano, apareceu uma nota do Diretor da Escola Normal consultando o Presidente da Província sobre a legitimidade de uma mulher prestar concurso. O Presidente respondeu afirmativamente permitindo que a professora pública normalista prestasse concurso para a cadeira de francês. Embora, segundo o diretor, no artigo 45 do regulamento não estivesse clara essa permissão, o presidente respondia com uma justificava:

Sendo expreso nas leis provinciais que a mulher pode exercer o magistério público, e constituindo a função pública um direito político, não deve ser excluída a brasileira, por efeito do citado artigo, do concurso para o cargo de Professor da Escola Normal [...].

(A Federação, 19/7/1884, p. 1)

Provavelmente a referida professora não prestou concurso ou não foi aprovada, pois nos documentos oficiais, não há nenhum registro de mulheres ocupando cargos de docência até o final do Império, exceto no curso preparatório.

A AUTONOMIA DA PEDAGOGIA

Em 1876, o novo regulamento da Escola Normal previa alterações na grade curricular da Escola Normal (quadro 2).

Quadro 2 – Grade Curricular de 1876

1º Ano	2º Ano	3º Ano
Gramática filosófica – mais suas aplicações à língua portuguesa, análise e regência em clássicos, tanto prosadores como poetas, história e literatura desta língua, elementos de retórica; Pedagogia – compreendendo sua história, suas divisões e aplicações práticas; Aritmética, álgebra – até equações do 2º grau e geometria plana, com aplicações práticas; Geografia, cosmografia e história – particularmente a pátria; Estudo da língua francesa; Desenho linear, figurado, de paisagem, topográfico e de arquitetura, caligrafia; Ginástica, esgrima e exercícios militares	Gramática filosófica – mais suas aplicações à língua portuguesa, análise e regência em clássicos, tanto prosadores como poetas, história e literatura desta língua, elementos de retórica; Pedagogia – compreendendo sua história, suas divisões e aplicações práticas; Aritmética, álgebra – até equações do 2º grau e geometria plana, com aplicações práticas; Geografia, cosmografia e história – particularmente a pátria; Estudo da língua francesa; Noções de física e química – com aplicações práticas, elementos de história natural; Desenho linear, figurado, de paisagem, topográfico e de arquitetura, caligrafia; Música vocal e canto	Gramática filosófica – mais suas aplicações à língua portuguesa, análise e regência em clássicos, tanto prosadores como poetas, história e literatura desta língua, elementos de retórica; Pedagogia – compreendendo sua história, suas divisões e aplicações práticas; Aritmética, álgebra – até equações do 2º grau e geometria plana, com aplicações práticas; Geografia, cosmografia e história – particularmente a pátria; Estudo da língua francesa; Noções de física e química – com aplicações práticas, elementos de história natural; Desenho linear, figurado, de paisagem, topográfico e de arquitetura, caligrafia; Música vocal e canto

Fonte: Schneider, 1993, p. 344.

A partir dessa reforma, a disciplina de Pedagogia se tornou disciplina autônoma. Interessante notar, no quadro 3, que, ao separar a Pedagogia da disciplina de Português, é feita uma breve especificação do que nela seria abordado (Pedagogia – compreendendo sua história, suas divisões e aplicações práticas). Fica, pois, o registro de que a História da Pedagogia, como conteúdo curricular, fez para da formação de professores primários ainda no século XIX.

Além dessa alteração, outras foram promovidas no currículo da Escola pelo novo regulamento. Disciplinas foram suprimidas, como a História sagrada e da igreja e a Escrituração mercantil. Cabe registrar, a esse propósito, que o partido liberal, que contou

com maioria na Assembleia até o final da monarquia, possivelmente tenha provocado a decisão de excluir a religião da grade curricular, disciplina essa que, deixou de figurar no currículo até o final do Império. Novas disciplinas surgiram como o francês, a ginástica e música. Além disso, havia a possibilidade de estudos de língua alemã, para aqueles que pretendessem o cargo de professor em escolas de localidades habitadas por alemães.

Esse regulamento explicitou também o que deveria ser ensinado nas escolas anexas, como práticas de ensino, as quais eram dirigidas e fiscalizadas pelo diretor da Escola Normal. Entre os saberes elementares matemáticos preconizados estão: princípios elementares de aritmética; sistema legal de pesos e medidas; princípios de geometria plana e desenho linear. A admissão à Escola Normal passou a ser feita mediante aprovação em Exames com os seguintes conteúdos: leitura em prosa e verso, análise gramatical, caligrafia, operações elementares de aritmética sobre números inteiros, fracionários e decimais e problemas sobre o sistema métrico.

Em 1881 novo regulamento para a Escola Normal manteve o curso com 3 anos de duração, nomeou a figura de um vice-diretor e instituiu o curso preparatório com a duração de um ano. A grade curricular foi pouco alterada: sete lentes e um professor de desenho. A grade de exames de 1887 mostra as disciplinas do currículo vigente no final do Império, no Quadro 6.

O curso preparatório para a Escola Normal com duas disciplinas, uma para o sexo feminino e outra para o masculino, era regido por professor normalista. Pela primeira vez, encontramos a indicação de uma mulher para reger uma disciplina – Maria José Olinto de Carvalho. Para o ingresso no curso preparatório seria obrigatória a comprovação de idade: 15 anos para rapazes e 13 anos para as moças. Haveria um exame de seleção para o ingresso com os seguintes conteúdos: leitura em prosa e verso; cópia de um trecho fácil e ditado do mesmo; as quatro operações de aritmética, problemas sobre os números; uma prova de caligrafia. Após aprovação no curso preparatório, os alunos poderiam ingressar no curso normal. “Nas aulas das meninas ensinar-se-ia também trabalhos de agulha, e preferencialmente a costura usual” (Schneider, 1993, p. 377).

LIDERANÇAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA, NA ESCOLA NORMAL E NA BIBLIOTECA

Exclusivamente os homens ocupavam os destacados postos de diretores e inspetores da Instrução Pública, bem como de diretor da Escola Normal e Biblioteca Pública. Nos anos iniciais de funcionamento da Escola Normal, não estavam previstos concursos para ingresso de professores: eles eram indicados pelo Diretor da Instrução Pública. Entre esses estavam políticos, padres, médicos, engenheiros, jornalistas, advogados e bacharéis em ciências físicas e matemáticas.

Quadro 3 – Diretores e Inspetores

Nome (dados biográficos)	Diretores e Inspetores Gerais da Instrução Pública	Diretor da Escola Normal	Diretor da Biblioteca Pública
José Bernardino da Cunha Bittencourt ⁶	1868-1870 1871-1873	-	-
Joaquim Cacique de Barros ⁷	-	1869- 1873 1876-1877	-
Fausto de Freitas e Castro ⁸	1870-1871 1873-1875	1875-1876	1871-1878
Rodrigo de Azambuja Vilanova ⁹	1875-1878	-	
Francisco de Paula Soares ¹⁰	1866	1875-1876 1877-1879	
Frederico Bier ¹¹	1878-1879	-	1879
Manoel de Araújo Castro Ramalho ¹²		1879-1880	
Jayme de Almeida Couto ¹³	1880; 1885	-	
Fernando Abbot ¹⁴	1880	1880-1881	
Adriano Nunes Ribeiro ¹⁵	1880-1881 1883-1885 1889	1880-1882 1883-1885 1889	
Graciano Alves de Azambuja ¹⁶	1882-1883	1882, 1883 1885	1882-1884
Saturnino Epaminondas de Arruda ¹⁷	1883	1883	
João Pedro Henrique Duplan ¹⁸	1885	1885	1885, 1887-

⁶ José Bernardino da Cunha Bittencourt (1827-1901). Nasceu em Porto Alegre. Médico, jornalista e professor. Pertencia ao partido conservador. Ativo na criação da Escola Normal e Militar.

⁷ Joaquim Cacique de Barros (1831-1907), padre. Nasceu na Bahia. Pertencia ao partido conservador.

⁸ Fausto de Freitas e Castro (1846-1900). Nasceu em Porto Alegre. Estudou direito em São Paulo, foi político do partido conservador. Foi presidente da Província.

⁹ Rodrigo de Azambuja Vilanova (1844-1898). Nasceu em Taquari. Foi médico e deputado.

¹⁰ Francisco de Paula Soares (1825-1881). Nasceu em Montevidéu e fez medicina na Universidade de Buenos Aires. Foi professor no Liceu Dom Afonso, escreveu Syllabario brasileiro (1858); Resumo de arithmetica (1860). Era do Partido liberal.

¹¹ Nenhum dado biográfico foi encontrado.

¹² Era do Partido Conservador.

¹³ Formou-se em medicina na Bahia.

¹⁴ Fernando Abbot (1857-1924). Nasceu em São Gabriel, formou-se em medicina no RJ. Foi Deputado federal, era do partido liberal e vice-governador de estado.

¹⁵ Engenheiro. Era do Partido Liberal.

¹⁶ Graciano Alves de Azambuja (1847-1911) Nasceu em Camaquã. Bacharel em ciências sociais e jurídicas em São Paulo. Advogado. Partido Conservador

¹⁷ Fez Direito em São Paulo, foi deputado no RS. Partido conservador.

¹⁸ Nasceu em Meudon (França), bacharel em Ciências em Paris. Sem partido. Substituiu Padre Cacique na disciplina de Pedagogia.

	1886-1888		1889
José Theodoro de Souza Lobo ¹⁹	-	1883; 1885	
Alfredo Clemente Pinto ²⁰	1885	1886-1889	
Paulo Emilio Loureiro de Andrade ²¹		1889-1890	
Ernesto Alves de Oliveira ²²	1889-1891		

Fonte: Relatórios de Diretores e Inspetores da Instrução Pública e da Escola Normal, *A Federação*, Schneider 1993, Arriada (2007; 2012).

Com diferentes formações profissionais, obtidas em instituições do País e do exterior (Argentina, França, Prússia), eles acumulavam cargos, seja como médicos, advogados, engenheiros, militares e ainda ocupavam importantes postos na política. Podemos dizer que eram membros da elite intelectual da Província e candidatos a ocupar cargos de poder.

Graciano Alves de Azambuja, em 1883, queixava-se da ingerência da política na educação: “Na mão de partidos que se alternam na administração da província, ela é um instrumento de perseguição contra os vencidos e um meio de patronato em favor dos dominadores” (Azambuja, 1883, p. 36). Havia uma rotatividade nos cargos, tanto na direção da instrução em geral como na Escola Normal. Assim, os dirigentes ou se subordinavam a seguir as regras dos governantes ou, no caso de pessoas independentes, permaneciam pouco tempo nos cargos. Para Giolo (1994): “Os *"chefes partidários"* e os *"mandões do interior"* (de fato, coronéis), como os identificava Azambuja, não tendo projeto específico para a educação do povo, utilizavam o fraco aparelho escolar como elemento de manobra política.

Em 1885, Couto, ao assumir a direção da Instrução Pública, reclamava do poder que detinha a Escola Normal. Segundo ele, havia concentração e excesso de autoridade, conferido pelo regulamento, no sistema despótico da instituição:

A Escola Normal, além de ter sua congregação; os lentes fazem parte do conselho de instrução, tomam iniciativa em suas conferências, na direção geral do ensino sobre remoções, transferências, suspensão do exercício de cadeira, [...] nos processos disciplinares, gratificações, jubilações [...].
(Couto, 1886, p. 146)

¹⁹ José Theodoro de Souza Lobo (1846-1913), engenheiro geógrafo. Era do Partido Liberal.

²⁰ Alfredo Clemente Pinto (1854-1938). Nasceu em Porto Alegre, estudou em Altona (Alemanha) e foi diplomado em Filosofia pela Universidade Gregoriana (Roma)

em 1874. Político.

²¹ Sem informações biográficas.

²² Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891). Advogado, político, jornalista. Partido republicano.

DISCIPLINA, CONTROLE, PUNIÇÕES

Em 1869, ao ser criada, a Escola Normal seguia o regimento interno do Liceu, que prescrevia aos alunos, entre outras exigências:

Comparecer as aulas vestidos decentemente à hora designada [...] não entrar nas salas do Liceu com bengala, chibata ou chapéu de sol, guardar silencio no recinto do Liceu [...] não sair da aula ou mudar de lugar sem licença do professor [...] satisfazer as obrigações impostas pelos professores, quer nas lições, quer nas sabatinas, mostrando-se dóceis e obedientes.

(Schneider, 1993, p. 251)

Em 1871, as aulas da Escola Normal começaram a funcionar no *Ateneu Riograndense*. O regulamento ditava normas de como ingressar no novo prédio: “os alunos deveriam entrar no prédio pela porta principal e as alunas pela porta lateral” (Schneider, 1993, p. 315).

Disciplina, controle e obediência organizam o espaço escolar, onde o professor exerce a função de vigiar o comportamento de cada aluno. As regras são claras, as punições também, assim, a instituição escolar, conforme Arriada, Nogueira e Vahl (2012, p. 41): “[...] assume o papel de disciplinadora do tempo e das condutas”.

Todavia, a disciplina severa não era apenas para os alunos, também os professores estavam sujeitos a cumprir regras rígidas de horários: “Os professores que não estivessem presentes até 10 minutos depois do sinal do porteiro teriam falta marcada, perdendo a gratificação do dia” (Schneider, 1993, p. 346). O mesmo deveria ser respeitado quanto ao final da aula. Além disso, se não houvesse justificativa da falta, perderiam salário.

Analisando essa estrutura de poder, com todas as suas nuances hierárquicas, podemos nos remeter a Foucault que, ao considerar o funcionamento das instituições, percebia: “Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas)” (Foucault, 1987, p. 149), como parte integrante de um modelo disciplinador e de controle. A disciplina, segundo ele, traz consigo uma maneira específica de punir.

O horário, segundo Foucault (1987, p. 127), foi uma herança das comunidades monásticas que se difundiu muito rapidamente, como uma maneira de “[...] estabelecer censuras, obrigar a ocupações determinadas e regulamentar os ciclos de repetição”. Organizados de acordo com uma distribuição conveniente, numa hierarquia de

importância, demarcando cada hora de estudo, os tempos escolares materializados em quadros, evidenciavam entre outros aspectos a sua força educativa. Uma breve análise do quadro 5 evidencia o cotidiano escolar dos alunos e alunas normalistas, que frequentavam as aulas de segunda a sábado das 10h às 15h, sem intervalos.

Quadro 4 – Horário das aulas na Escola Normal em 1882

Dias	Horas	1º ano	2º ano	3º ano
Segunda-feira	10-11	Francês 1ª parte	Português 2ª parte	Cosmografia, elementos de ciências naturais e noções de agricultura
	11-12	Português 1ª parte	Geometria, aplicações práticas e noções de mecânica	História do Brasil e noções gerais de economia política e direito constitucional
	12-13	Aritmética e álgebra 1ª parte	Noções gerais de história universal e de mitologia	História da Pedagogia e princípios de direito natural
	13-14	Alemão 1ª parte	Francês 2ª Parte
	14-15	Aula de Desenho
Terça-feira	10-11	Francês 1ª parte	Português 2ª parte	Cosmografia, elementos de ciências naturais e noções de agricultura
	11-12	Português 1ª parte	Alemão 2ª parte	História do Brasil e noções gerais de economia política e direito constitucional
	12-13	Aritmética e álgebra 1ª parte	Noções gerais de história universal e de mitologia	História da Pedagogia e princípios de direito natural
	13-14	Desenho	Francês 2ª parte
	14-15	Alemão 1ª parte
Quarta-feira	10-11	Francês 1ª parte	Português 2ª parte	Cosmografia, elementos de ciências naturais e noções de agricultura
	11-12	Português 1ª parte	Geometria, aplicações práticas e noções de mecânica	História da Pedagogia e princípios de direito natural
	12-13	Aritmética e álgebra 1ª parte	Pedagogia, suas divisões e aplicações práticas	História do Brasil e noções gerais de economia política e direito constitucional
	13-14	Geografia 1ª parte	Francês 2ª parte	Aula de desenho 3ª parte
	14-15	Aula de desenho 3ª parte
Quinta-	11-12	Aula de desenho	Cosmografia, elementos de ciências naturais e

feira				noções de agricultura
	12-13	Alemão 2ª parte
	13-14	Aula de desenho 1ª parte
	14-15	Alemão 1ª parte
Sexta-feira	10-11	Francês 1ª parte	Português 2ª parte	Cosmografia, elementos de ciências naturais e noções de agricultura
	11-12	Português 1ª parte	Alemão 2ª parte	História do Brasil e noções gerais de economia política e direito constitucional
	12-13	Aritmética e álgebra 1ª parte	Noções gerais de história universal e de mitologia	História da Pedagogia e princípios de direito natural
	13-14	Aula de desenho 1ª parte	Francês 2ª parte
	14-15	Alemão 1ª parte
Sábado	10-11	Francês 1ª parte	Português 2ª parte	Cosmografia, elementos de ciências naturais e noções de agricultura
	11-12	Português 1ª parte	Alemão 2ª parte	História da Pedagogia e princípios de direito natural
	12-13	Aritmética e álgebra 1ª parte	Pedagogia, suas divisões e aplicações práticas	História do Brasil e noções gerais de economia política e direito constitucional
	13-14	Geografia	Francês 2ª parte	Aula de Desenho 3ª parte
	14-15	Aula de Desenho 3ª parte

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Manuscrito, Caixa 4, Maço 8.

Se esse aparentemente rigoroso horário a cumprir acontecia na prática, ainda não temos indícios que o confirmem.

Sobre os métodos de ensino, poucas informações aparecem nos documentos oficiais. Consta-se que ao professor era permitida uma relativa liberdade para escolher os métodos de ensino. Lê-se, no artigo 37 do Regimento de 1876:

Os professores na regência de suas cadeiras poderão reger as aulas como melhor lhes parecer no sentido do aproveitamento dos alunos, determinando sabinas com antecedência ou no mesmo dia, organizando de modo a tirar delas o desejado resultado; lançando em um mapa as lições diárias.

(Schneider, 1993, p. 346)

OS EXAMES

Os exames estavam bem regulamentados, desde a criação da Escola Normal, e as regras a serem seguidas eram claras e minuciosamente explicitadas. O regulamento de 1872 normatizava: “O ano letivo iniciaria em 3 de fevereiro e terminaria a 30 de novembro, iniciando em dezembro os exames” (Schneider, 1993, p. 301). Os alunos seriam examinados por dois professores do Ateneu ou por cidadãos indicados pelo Conselho Diretor da Escola, os quais não poderiam negar-se a esta tarefa, pois se o fizessem teriam falta e desconto nos vencimentos. O julgamento dos exames seria feito por meio de esferas brancas e pretas, atribuídas pelos três examinadores. No caso de o aluno receber três esferas brancas, estaria plenamente aprovado; duas brancas e uma preta, seria simplesmente aprovado; duas pretas e uma branca ou três pretas, reprovado. Para Foucault (1987, p. 156), “O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza”. A importância atribuída aos exames, à época, pode ser medida pela divulgação feita nos jornais: os dias dos exames, as comissões de avaliadores, os resultados com os nomes e categoria de aprovação, apareciam regularmente no *A Federação*. Nesses anúncios, constatamos nomes femininos aprovados nas cadeiras de Aritmética e Álgebra, conforme quadro 6, assim como em Geometria. Isso permite concluir que esses conteúdos eram ensinados para ambos os sexos.

Desde a criação da Escola Normal, os alunos da instituição deveriam prestar exames finais a cada ano, perante uma comissão de avaliadores. Analisando os resultados dos anos de 1881, 1884, 1887 e 1889, constatou-se que havia reprovações em todas as disciplinas, inclusive em desenho, pedagogia e música. Mas a maioria das reprovações ocorria nas disciplinas de português e matemática (aritmética, álgebra e geometria), conforme quadro 7. No terceiro ano, diminuía significativamente o número de reprovações, mas estas continuavam a ocorrer. No jornal, eram divulgados os resultados dos exames: os nomes dos alunos aprovados, bem como o grau de aprovação, apareciam explicitamente: entretanto os reprovados não tinham seus nomes identificados, aparecia apenas o número dos faltosos e reprovados.

Quadro 5 – Nota sobre exames na Escola Normal

<p>Nos exames vagos, realizados ante-hontem na Escola Normal, foram aprovados em arithmetica e algebra (segunda cadeira do primeiro anno) :</p> <p>D. Alzira de Azevedo Siqueira, José Domingues de Almeida, d. Antonietta de Borba e Costa, d. Olinda Maria Antonia Paradedda e José de Oliveira Castello, sendo os dois primeiros plenamente.</p> <p>Hoje deviam ter sido chamados os inscriptos para a exame da segunda cadeira do 2º e quarta do 1º anno.</p>

Fonte: A Federação, Anuncios avulsos, 10 mar. 1884, p. 1.

Quadro 6 – Resultados de exames em 1887

MATERIAS	Resultado dos exames finais em Novembro de 1887	Resultado dos exames de generalidades em Fev. 1887				Resultado dos exames vagos em Novembro de 1887										
		Appds. com distincção		Appds. sem distincção		Appds. com distincção		Appds. sem distincção								
		Appds. plenamente	Appds. simplesmente	Reprovados	Não fizeram exame	Appds. plenamente	Appds. simplesmente	Reprovados	Não fizeram exame							
curso prepar.	Em todas as materias do curso.....	2	12	20	10	17	13	1	2	6	5	13	2	2	4	2
	No canto por audição.....	5	12	6	1	2	2	1	7	4	1	17	8	4	1	6
	Total.....	7	24	26	11	19	15	2	9	10	5	30	10	7	5	14
I anno	1ª cadeira portuguez 1ª parte.....	3	1	10	19	1	4	1	5	2	1	1	2	2	1	1
	2ª » — arithmetica e algebra—1ª parte.....	1	3	6	10	5	3	1	5	2	2	1	1	1	4	4
	4ª » — geographia geral.....	1	4	6	6	1	1	1	4	1	1	1	1	1	5	5
	6ª » — francez — 1ª parte.....	1	3	5	4	6	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1
	7ª » — allemão — 1ª parte.....	2	2	5	1	1	4	4	1	2	2	1	1	2	2	2
	Deseenho — 1ª parte.....	2	5	14	1	1	4	4	2	2	2	1	1	2	2	2
	Musica e canto — 2ª parte.....	2	6	9	1	2	7	7	3	2	2	1	5	2	1	7
	Total.....	12	39	51	125	25	24	1	17	9	8	5	2	12	8	5
II anno	1ª cadeira portuguez..... 2ª parte.....	2	3	4	2	10	2	1	1	7	1	2	1	1	1	3
	2ª » geometria..... 1ª ».....	2	6	7	2	6	4	1	3	1	1	2	1	2	1	3
	3ª » pedagogia..... 1ª ».....	1	1	5	5	6	6	1	1	2	1	1	1	1	1	1
	4ª » historia universal..... 2ª ».....	3	6	9	10	7	7	1	2	1	1	1	1	1	1	1
	5ª » sciencias naturaes..... 1ª ».....	1	2	3	10	5	5	5	1	3	1	1	1	1	1	1
	6ª » francez..... 2ª ».....	1	2	5	5	5	4	4	1	1	3	1	1	1	1	1
	7ª » allemão..... 2ª ».....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Deseenho..... 3ª ».....	3	6	1	1	4	6	6	1	1	1	1	1	1	1	1
	Musica e canto..... 3ª ».....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Total.....	13	35	49	41	42	48	4	8	8	6	20	1	4	7	7
III anno	1ª cadeira portuguez 3ª parte.....	1	1	3	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1
	1ª » mech nica e applicação sobre.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	2ª » arithmetica algebra e geometria.....	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	3ª cadeira historia de pedagogia..... 2ª parte.....	2	4	4	5	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	4ª » historia de Brazil..... 3ª ».....	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	5ª » sciencias naturaes..... 3ª ».....	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Deseenho..... 3ª ».....	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	Musica e canto..... 4ª ».....	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	6ª cadeira francez..... 3ª ».....	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Total.....	7	13	13	18	18	18	18	5	10	11	9	10	1	4	1

Secretaria da Escola Normal em Porto Alegre, 11 de Outubro de 1889

Fonte: Relatório 1888 (Presidente da Província). Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u768/000026.html>.

Alguns indícios do que era ensinado na disciplina de Pedagogia podem ser obtidos a partir das avaliações da disciplina. Encontramos manuscritos²³ intitulados *Sabatinas de Pedagogia*, de 1882. O aluno precisava redigir uma dissertação, sobre um tema específico. No caso examinado, o tema era a memória. “Memória é a faculdade pela qual nós conservamos o que adquirimos pelas outras faculdades”, assim definiu o aluno Albano Coelho de Souza. Apesar de tratar-se de um tema teórico, ele apresentou seis meios para o desenvolvimento da memória, entre eles nomeou a recitação de trechos como um poderoso auxílio da memória. Voltando-se para a prática, escreveu como proceder para que os alunos pudessem decorar com compreensão:

[...] fazer com que os alunos escrevam aquilo que eles confiam na memória, porém deve-se explicar para depois então mandar copiar, não só uma vez, mas muitas vezes, isto é, tantas vezes quantas forem necessárias para que decorem e se não fizer assim os professores, isto é, (sic) dando exercícios primeiro para depois mandarem decorar, de nada

23

Manuscrito do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Maço 9, Caixa 4, 1882.

servirá confiar na memória aquilo que eles não entendem porque assim como decorar (ilegível) maneira esquecem-se e isto será um trabalho inútil sem proveito nenhum, portanto primeiro deve o professor dar muitos exercícios sobre o que ele quer que os alunos decorem e depois manda-los confiar na memória, então nunca esquecerão do que decoraram.

(Manuscrito, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1882, Caixa 4, Maço 9)

Este documento é um exemplo da prática escolar utilizada no ensino à época. Não é por acaso que o tema “memória” é exigido na avaliação, uma vez que a valorização da prática de decorar os saberes apresentados pelo professor era comum então.

PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA ESCOLA NORMAL

Em 1877, pela primeira vez encontramos uma referência a concursos para professores da Escola Normal. Os candidatos ao cargo de professor na instituição deveriam realizar “[...] provas escritas e orais e de uma lição oral em que os candidatos provassem suas habilitações para o ensino” (Schneider, 1993, p. 347). Mas, para algumas disciplinas não haveria concursos: alemão, desenho, música, canto, ginástica e exercícios militares. Nesse caso, a escolha seria do presidente da Província. E aqui, mais que em qualquer outro lugar, a influência política acontecia.

Os dados sobre os primeiros professores de matemática estão dispersos em vários documentos: relatórios de Presidente da Província, de Diretor da Instrução Pública, Diretor da Escola Normal, no livro de Schneider (1993), na obra bibliográfica de Blake (1883), em jornais da época, em artigos publicados, atualmente, sobre a história da educação no Rio Grande do Sul (Arriada, 2007), em sites oficiais como do Senado, etc.

O primeiro professor para a disciplina de conteúdos matemáticos foi Diogo Francisco Cardoso. Com formação militar²⁴, regeu interinamente, em agosto de 1869, a disciplina de matemática do Liceu Dom Afonso, ingressando para substituir João Batista de Alencastro (Relatório do Diretor do Liceu Dom Afonso, José Maria de Andrade, 31 de março de 1869, p. 3). Em 1870 prestou concurso tornando-se efetivo. Seu nome aparece como professor até 1875. Além disso, teria escrito um compêndio de matemática que fora

²⁴

Em 1842 era tenente do exército. Disponível em : <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=84186&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB.Reformou-se como capitão>>.

usado no Liceu (Relatórios de Presidente de Província, Bittencourt, 1870, p. 7). A partir de 1876, regendo interinamente a disciplina de matemática, consta o nome de Luiz Mendes de Moraes, que era militar e exercia também atividades de docência na Escola Militar de Porto Alegre. No mesmo ano, aparece o nome do engenheiro geógrafo formado pela Escola Central do Rio de Janeiro, José Theodoro de Souza Lobo (1846-1913). Candidato único à vaga da cadeira de matemática, foi aprovado (Ofício do Diretor Geral Rodrigo de Azambuja Villanova ao Conselheiro Freitas de Alencar Araripe, em 28 de outubro de 1876 comunica os nomes dos candidatos as vagas das cadeiras da Escola Normal). Seu nome aparece constantemente nos relatórios, inclusive em 1881, como lente regente da segunda cadeira (matemática) até o final do Império.

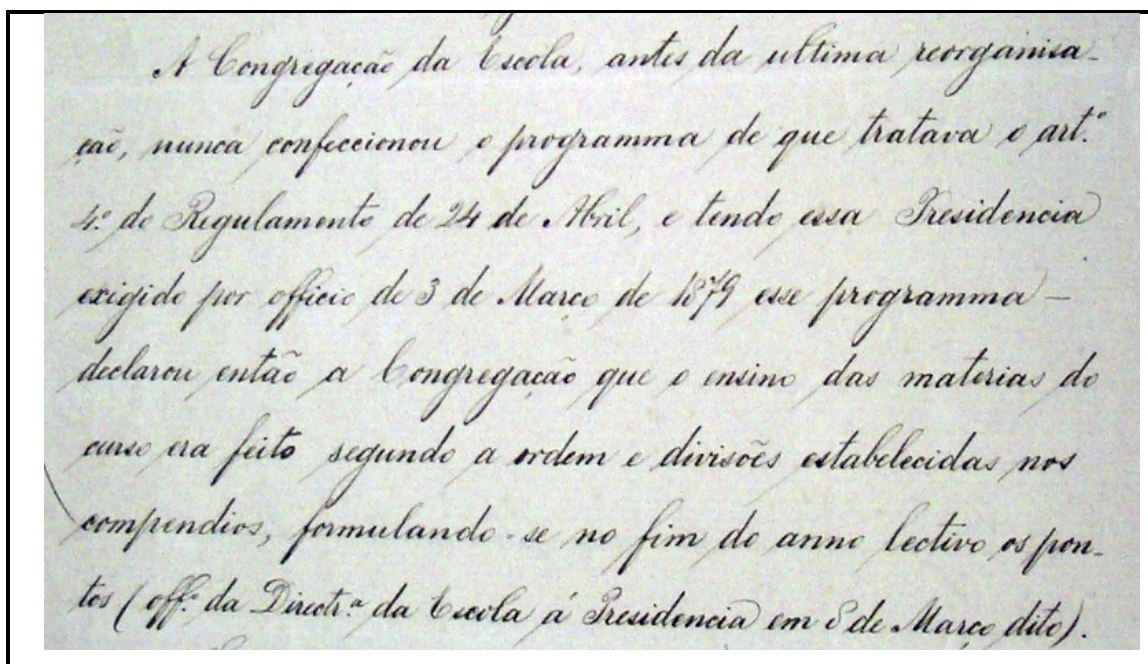
Os docentes de disciplinas de conteúdos matemáticos foram, desde o início da Escola Normal, pessoas com formação em escolas militares ou engenheiros com titulação na Escola Central e congêneres. Portanto, tinham alguma formação em matemática, que teoricamente os habilitava para esse ensino. Essa conclusão corrobora o que diz Monarcha (2015) quando afirma que, no Brasil Imperial, os professores das Escolas Normais eram recrutados entre bacharéis, engenheiros, médicos e por vezes militares.

SABERES MATEMÁTICOS ENSINADOS NA ESCOLA NORMAL

A ausência de informações documentadas sobre os programas de ensino dos saberes matemáticos gerou dificuldades na explicitação do que era de fato ensinado na Escola Normal. Um manuscrito de 1882, da diretoria da instituição, esclareceu a questão. Até 1882, segundo o Diretor da Escola Normal, inexistiam programas de ensino para as disciplinas da Escola Normal: os professores orientavam suas aulas pelos manuais de ensino. Essa informação foi prestada pela Congregação da instituição. Isso nos leva a constatar que os saberes matemáticos ensinados na Escola Normal, provavelmente, eram aqueles contidos nos manuais adotados (figura 2).

Em 1882, o diretor da Escola Normal informava que, desde 1877, a matemática estava distribuída nos três anos do curso da seguinte maneira: no primeiro ano, a primeira parte da aritmética; no segundo, continuação da aritmética e álgebra; no terceiro ano, geometria plana.

Figura 2 – Ensino feito pelos Compêndios



Fonte: Manuscrito de 22/08/1882 Diretoria da Escola Normal em Porto Alegre, Caixa 4, Maço 9.

Respondendo à solicitação da Diretoria da Instrução Pública, em 1882, que exigia os programas das disciplinas, o professor José Theodoro Souza Lobo que regia a disciplina, detalhou os “pontos para o primeiro ano: 1) Numeração – adição e subtração de inteiros; 2) Multiplicação e suas propriedades; 3) Divisão de números inteiros; 4) Redução das frações ao mesmo denominador, expressão mais simples; 5) Operações sobre as frações ordinárias; 6) Operações sobre os números complexos; 7) Operações sobre as frações decimais; 8) Sistema métrico decimal; 9) Quadrado e raiz quadrada; 10) Cubo e raiz cúbica; 11) Proporções; 12) Regra de Três simples e composta; 13) Regra de juros e de desconto; 14) Regra de sociedade simples e composta. (Maço 9, Caixa 4, Arquivo Histórico de Porto Alegre). Entretanto, sobre os conteúdos das disciplinas de álgebra e geometria nada encontramos.

O desenho, ofertado desde 1869, quando era professor Angelo Francisco Ther, manteve-se constante na oferta curricular durante todo o período monárquico. Entretanto, parece ter sido uma disciplina envolvida em muitas disputas políticas, conforme texto do professor Paulo Emílio Loureiro de Andrade, em 1888, dirigindo-se ao diretor Adriano Nunes Ribeiro:

Pediu-me para ir a sessão da congregação, porque por mesquinha (sic) política, queria s. s. que fosse exonerado o atual professor de desenho, o

sr. Bieri, que aliás ensina bem, para colocar um outro [...] E saiba-se que a cadeira de professor de desenho tem sido a pedra de escândalo permanente nesta Escola desde sua fundação e tem sido ocupada sucessivamente pelos srs. Hilário Ribeiro, Bieri, Homem de Carvalho, Filgueiras e Bieri, cujas demissões, dadas todas por manobras políticas, ainda se quer continuar.

(A Federação, 2/5/1888, p. 2)

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

De maneira geral, é difícil precisar quais teriam sido os manuais de ensino utilizados nas disciplinas da Escola Normal, entre 1869 e 1889. Algumas pistas podem ser encontradas nos jornais da época. Por exemplo, em 1887, noticiava-se como novidade o livro *Educação Intellectual, moral e physica*²⁵ de Herbert Spencer, informando que a obra era adotada na Escola Normal (A Federação, 1887, p. 4).

No século XIX houve uma consolidação do mercado editorial no país, e, na Província do Rio Grande do Sul, espalharam-se gráficas e editoras não apenas na capital (12), como em outras cidades do interior Tambara (2008). A preocupação com a produção de livros didáticos foi, em parte, devida a componentes culturais, ao pioneirismo das comunidades teuto-brasileiras que, em 1832, já lançaram um livro didático para as suas escolas (Kreutz, 1994, p. 58).

O quadro 7 mostra uma relação de livros de matemática que foram editados e circularam no Rio Grande do Sul no Império.

Quadro 7 – Livros editados no Rio Grande do Sul

Título	Autor	Ano/Editora/Local
Compêndio aritmético ou tabuada curiosa para os meninos, onde se explica em diálogo os principais fundamentos de aritmética, e outras coisas necessárias.	Thomaz Ignácio da Silva	Tipografia do Diário de Porto Alegre, 1827 Porto Alegre (24 p.)
Exposição dos elementos d'aritmética para uso dos estudantes do Colégio de S. Bárbara	A. L. Soares, diretor do colégio	Tipografia de L. J. de Campos, 1848 Pelotas, (270 p.)
Redução ou comparação de	Luis Vieira da Costa	Tipografia do Diário de Antônio

²⁵

Tradução do inglês para o português por Emygdio de Oliveira.

alguns pesos e medidas estrangeiras com as brasileiras, seguida das instruções e tabelas.		Estevão Rio Grande, 1859 (20 p.)
Resumo de Aritmética	Bernardo Taveira Júnior	Tipografia Brasileira-Alemã Porto Alegre, 1860
Resumo de Arithmetica	Francisco de Paula Soares e Carlos Hoefler	Tipografia Brasileira-Alemã, Porto Alegre, 1860
*Noções de geometria prática: para uso das escolas de instrução elementar	Vasco de Araujo e Silva	Typ. Do Jornal do Commercio, Porto Alegre, 1869 (91p.)
*Arithmetica para meninos	José Theodoro de Souza Loobo	Typ. Do Deutsche Zeitung Porto Alegre, 1870, 2a ed. (135 p.)
*Rechnenbuch für die deutsche schulen in Brasilien (2 vol.)	Friedrich Bieri	Sem editora Sem local de edição 1873 (encontrada a 4ª edição pulicada em Basel)
*Rechenfibel: primeiro livro de arithmetica.	Wilhelm Rotermund	Evangelische Buchhandlung São Leopoldo, 1879
Curso Elementar de Arithmética 1ª Parte	Demétrio Nunes Ribeiro	Sem editora Pelotas, 1881
*Elementos de Arithmetica	Demétrio Nunes Ribeiro	Typ. Da Livraria Americana, 2a ed. Pelotas, 1884 (222 p.)
Aritmética Comercial	Francisco José de Matos Abreu.	Tipografia do Artista, 1883 Rio Grande: (237 p.);

Fonte: Arriada (2007); Tambara (2002); *A Federação*; Biblioteca Geral da PUCRS; acervo pessoal da pesquisadora.

Dos que constam do quadro 7, pudemos analisar apenas os cinco livros com asteriscos. Os demais estão referenciados em obras de pesquisadores como Arriada (2014) e Tambara (2002), em relatórios de diretores da instrução pública e no jornal *A Federação*. Entretanto, estes não foram por nós localizados.

Uma referência à obra de Silva (1969) aparece no ofício de Bittencourt (1872). Era especialmente destinada às escolas de instrução primária e, na capa, já consta a referência de ter sido mandada adotar pelo Conselho de Instrução Pública. O livro visava ao aprendizado do desenho geométrico e iniciava com atividades simples, do tipo: “O aluno traça à mão, sobre a ardósia, linhas retas mais ou menos longas, e corrige-as depois com a régua” (Silva, 1869, p. 8). No caso do traçado de uma perpendicular à mão livre, sugeria que o aluno fizesse a correção usando o esquadro. O uso da régua, esquadro e compasso é essencial em todo o livro. As figuras acompanham os enunciados, sugerindo como traçá-las a mão livre e com auxílio dos instrumentos de desenho. O autor não tem a preocupação de demonstrar nenhuma proposição. No apêndice propõe a construção de modelos de sólidos, usando papel. Os livros de Demétrio Nunes Ribeiro, conforme

entrevista com seu neto, (Silva, 1999) teriam sido utilizados na Escola Normal, mas não temos nenhuma outra pista de que teriam sido obras de referência na instituição. O livro de Bieri dificilmente teria sido usado na Escola Normal, uma vez que ele tinha como público alvo os alunos falantes de alemão nas escolas primárias das colônias.

Mesmo que os livros de aritmética de Souza Lobo não tenham sido utilizados pelos alunos na Escola Normal, não podemos deixar de conjecturar que suas aulas, como professor vitalício da 2ª cadeira, por longos anos, tenham sido marcadas pela base matemática que imprimiu nos livros que redigiu.

Segundo Arraiada (2007, p. 314), nos programas de matemática do Liceu, em 1872, constam os livros de Cristiano Ottoni como indicados para o ensino: Elementos de Aritmética, Elementos de Álgebra e Elementos de Geometria e Trigonometria Retilínea. Tendo por base fontes consultadas, não podemos afirmar se estes livros didáticos foram utilizados na Escola Normal.

O ADVENTO DA REPÚBLICA

Ao findar o período monárquico, a Escola Normal prosseguiu com suas atividades e poucos dias após a proclamação da República, o diretor do partido liberal, manifestou a adesão da instituição ao novo regime político, em nota publicada no jornal e dirigida ao governador, Visconde de Pelotas: “[...] declarou a mesma corporação, por unanimidade, aceitar os fatos consumados, e cada lente, individualmente, declarou mais (sic) continuar a cumprir seus deveres com o mesmo zelo e dedicação de sempre” (A Federação, 20/11/1889, p. 2). No embate político para os importantes cargos na instrução, demissões aconteceram e novos nomes foram nomeados, de acordo com a filiação partidária. Por exemplo, o diretor Adriano Nunes Ribeiro, foi dispensado e, em seu lugar, nomeado Paulo Loureiro de Andrade²⁶, professor concursado para a disciplina de Ciências Naturais da Escola Normal. Em 1887, Adriano Nunes Ribeiro também perdeu o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública, para o advogado Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891) do partido republicano. O professor Demétrio Nunes Ribeiro, professor de ciências da Escola Normal, republicano, assumiu o Ministério da Agricultura. Novos tempos, novo regime

²⁶ Sem informações sobre sua filiação partidária.

político e uma instituição de ensino que se mantém com os mesmos atores embora sujeita às transformações impostas pela política vigente.

CONCLUSÕES

O currículo adotado na Escola Normal no período objeto de exame contemplava dois tipos de componentes, a saber: as disciplinas a serem ensinadas no curso primário e as práticas, oferecidas nas escolas anexas à Escola Normal. Não estão incluídas didáticas específicas das disciplinas, como já acontecia, no mesmo período, nas escolas normais da Espanha²⁷: na disciplina de Pedagogia estavam previstos, além de métodos de ensino, a metodologia da aritmética, em alguns casos a da geometria (Gallego, 2004). Na Alemanha, no currículo dos seminários de formação de professores, século XIX, o ensino da matemática contemplava três aspectos: 1) lógica dos números e do espaço; 2) conteúdos, visão aprofundada sobre o processo e segurança na resolução dos problemas; 3) metodologia: didática da matemática para o ensino na escola primária. (Fleck, 1987: *Lehrerbildung in Hessen – Darmstadt (1770-1918)*).

Os “saberes matemáticos” ensinados na Escola Normal contemplavam aqueles do currículo da escola primária (numeração, quatro operações, frações, metrologia, proporções e aplicações), bem como geometria e álgebra, esta, nos aspectos mais relacionado ao ensino secundário. A maioria dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas da Província, no Império, era de autores gaúchos, com edições locais, embora tenha sido constatada a utilização de manuais em outras regiões, como é o caso do autor baiano Abílio Borges, que aparece no rol dos autores do período em estudo. Não encontramos, porém, pistas dos livros vinculados aos saberes matemáticos nesta instituição.

Os docentes da Escola Normal tinham variadas formações, obtidas em instituições nacionais e estrangeiras. Os professores de matemática eram, em geral, formados em escolas politécnicas ou militares, portanto, sem preparo específico para lidar com metodologias para o ensino dessa disciplina. Provavelmente, reproduziam o tipo de ensino recebido.

Desde 1835, quando apareceu, a proposta de criação de uma escola normal na Província do Rio Grande do Sul até o nascimento dela, muitos anos decorreram. Todavia,

²⁷ Conforme Gallego, os seguintes livros foram usados nas escolas normais da Espanha: Manual para los maestros de escuelas de párvulos (1850); Curso de pedagogia o Principios de educacion publica para uso delos alumnos de las Escuelas Normales y de los maestros (1845).

constata-se que, a partir de 1869, ela funcionou sem interrupções durante todo o Império. Conforme Tambara constatou (1998, p. 46) sua importância maior está no fato de essa escola, “passou a determinar o processo de transformação do perfil do professorado da Província, mormente do da instrução pública”. No início da década de 1880, mais de metade dos professores das escolas primárias, em exercício, tinham passado por estudos na Escola Normal.

REFERÊNCIAS

- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 10 Mar. 1884, p. 1.
- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 15 Mar. 1884, p. 2.
- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 19 Jul. 1884, p. 1.
- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 2 Fev. 1889, p. 2.
- A Federação. (1884). *Narciso Figueras*. 12 Out. 1885, p. 3.
- A Federação. (1884). *Novidades Litterarias*. 22 Abr. 1887, p. 4.
- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 1o Mar. 1887, p. 2.
- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 8 Mar. 1887, p. 2.
- A Federação. (1884). Livros de Instrução. 17 Fev. 1887, p. 4.
- A Federação. (1884). *Escola Normal*. 2 Mai. 1888, p. 2.
- A Federação. (1884). Anúncio sem título. 20 Nov. 1889, p. 2.
- A Reforma da Instrução Publica. (1869). *A Reforma*, 13 Jul. 1869, p. 2.
- Abreu, L. (1873). Prelecção. *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*, p. 535- 539.
- Arriada, E. (2007). *A educação secundaria na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado pela Faculdade de Educação. PUCRS.
- Arriada, E.; Nogueira, G.; Vahl, M. (2012). A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. *Conjectura*, v. 17, n. 2, p. 37-54, maio/ago.
- Arriada, E.; Nogueira, G. (2014). Produção, circulação e uso de textos escolares e livros de leitura na escola elementar gaúcha. *Historia de la Educaci3n | Anuario SAHE | Vol. 15 – N° 2 –*, p. 168-187.

- Azambuja, G. A. (1883). *Relatório do diretor geral da instrução pública*, 27 Fev. 1883.
- Barros, S. C. (2015). *O ensino de geometria na formação de professores em Minas gerais entre as décadas de 1840 e 1940*. (Dissertação) Mestrado Universidade de Juiz de Fora, 2015.
- Barros, P. C. (1872). *Relatório do diretor da escola normal*, 1872, p.1.
- Bittencourt, J. B. C. (1872). *Ofício ao Presidente da Província em 20 fev.*, Códice I – 5, p. 74-76. Fundo Instrução Pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- Bittencourt, J. B. C. (1873). *Ofício ao Presidente da Província em 6 de março de 1873*, Códice I – 5, p. 186-187. Fundo Instrução Pública. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. p. 187.
- Couto, J. A. (1886). *Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública*, 15 de fev. 1886, p. 146-148.
- Diário do Rio De Janeiro. (1870). *Publicações*. 13 nov. 1870, p. 1.
- Fleck, P. (1987). *Lehrerbildung in Hessen – Darmstadt (1770-1918) vorgeschichte und Geshichte der gorssherzoglichen Seminare in Bensteim, Friedberg, Alzey und Darmstadt*. Hemsbach: Druckhaus Beltz.
- Fortes, A. (2004). *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora portoalegrense e a era Vargas*. EDUCS, Caxias do Sul; Rio de Janeiro, Garamond.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Gallego, D. C. (2004). *La Metodologia de la aritmética en los comienzos de las Escuelas Normales (1838-1868) y sus antecedentes*. Tese de doutorado. Departamento de Didáctica de las Ciencias Experimentales. Universidade de Murcia.
- Giolo, J. (1994). Republicanos positivistas e católicos: os grandes projetos educacionais da Primeira República no Rio Grande do Sul. In: I Simpósio de Pesquisa da FEUSP, 1994, São Paulo. *I Simpósio de Pesquisas da Feusp – Série Estudos e Documentos*. São Paulo: FEUSP. v. 31. p. 306-320.
- Gonçalves, D. P. (2012). A educação da mulher nos jornais partidários de Porto Alegre no final da monarquia brasileira. Anais eletrônicos. *XII Encontro Estadual de História (ANPUHR)*, 23-27 jul., p. 233-246.
- Gonçalves, D. P. (2013). A instrução Pública e a Escola Normal nos debates político-partidários em Porto Alegre/RS (1869-1889). *XXVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento histórico e diálogo social*, NATAL, 22-26 julho 2013, p. 1-18.
- Kulesza, W. A. (1998). A institucionalização da Escola Normal no Brasil, 1870-1910. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. 79, n. 193, p. 63-71.

- Kreutz, L. (1994). *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira*. São Leopoldo, Editora Unisinos.
- Lobo, J. T. S. (1879). *Arithmetica para meninos*. 4a edição. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung.
- Lobo, J. T. S. (1954). *Primeira Aritmética para meninos*. 51a edição. Porto Alegre: Editora Globo.
- Monarcha, C. (2009). *Brasil arcaico, Escola Nova: Ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*. São Paulo: Editora Unesp.
- Monarcha, C. (1999). *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Monarcha, C. (2015). A instrução pública no Brasil Imperial (1822-1889). *Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática*. V.8 (1), 2015, p. 14-61.
- O Mensageiro. (1836). *Artigos oficiais*. 15 de jan. 1836, p.1.
- Pais, L. C. (2011). Traços históricos do ensino de Aritmética nas últimas décadas do século XIX: livros didáticos escritos por José Theodoro de Souza Lobo. *Revista Brasileira de História da Matemática* - Vol. 10, n.20, p. 127-146.
- Schneider, R. P. (1993). *A instrução pública no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS.
- Silva, C. M. S. (1999). *Matemática positivista e sua difusão no Brasil*. Vitória: EDUFES.
- Silva, C. M. S. (2015). Transferências e apropriações de saberes: Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário. *Hist. Educ.* [online]. vol.19, n.45, pp.43-66.
- Tambara, E. (1998). Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense e instrução pública no século XIX. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (3): p. 35-57, abr.
- Tambara, E. (2008). Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do sul no século XIX. *Revista Educação e Questão*. Natal. v. 32 n. 17.
- Valente, W. (2011). *A matemática na formação do professor do ensino primário*: São Paulo. São Paulo: Annablume; FAPESP.
- Viñao, A. F. (1993-1994). Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. *Historia de la Educacion*. V. XII-XIII , p. 17-74.